

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: *Correio Braziliense*Class.: *20 218*Data: *22.12.89*

Pg.: \_\_\_\_\_

## *Índios vendem madeira e Ibama não fiscaliza*

BUBENS COUTINHO  
Correspondente

**Porto Velho** — A miséria dos povos indígenas em Rondônia, é um dos principais obstáculos à fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) contra a retirada de madeira das reservas localizadas no estado. O Ibama não admite que está fazendo "vistas grossas" ao cada vez mais crescente comércio de madeira, mas a delegacia regional da Funai acredita que está acontecendo exatamente isso.

O engenheiro florestal José Geraldo Lopes de Souza, superintendente substituto do Ibama, revelou que os índios estão negociando direto com as madeireiras e que a fiscalização do órgão só pode ser executada fora da reserva. Acrescentou que os índios ficam hostis diante dos funcionários do instituto, que já sofreram diversos tipos de ameaças.

O preço da madeira retirada das reservas indígenas é baixíssimo e o superintendente substituto do Ibama denunciou que apenas os caciques estão sendo beneficiados com o negócio. Os chefes das tribos andam de automóveis do ano e, segundo José Geraldo Lopes, os demais índios passam até fome para sustentar as mordomias dos caciques.

O Ibama também revelou as

informações sobre as queimadas no estado durante o ano. As regiões mais atingidas são novas em ocupação. Situam-se, sobretudo, no Sul do estado. Os municípios mais atingidos pelas queimadas são Vilhena (região da colonização de Chupinguaia) e Nova Brasilândia. naquelas localidades foram queimadas capoeiras e matas virgens, principalmente nas grandes propriedades e projetos agropecuários.

O instituto aplicou multas que atingiram NCz\$ 30 milhões. Também foram feitos 700 autos de infração. No entanto, poucos proprietários de terras pagaram as multas. A maioria recorreu à Justiça.

A transformação do município de Tabatinga, na fronteira do Brasil com a Colômbia e Peru, no Alto Solimões, em Zona Livre de Comércio, poderá comprometer a vida das comunidades indígenas da região, principalmente os Tikuna, que têm uma população estimada em 20 mil índios. A denúncia foi feita ontem pelo coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Gunter Francisco, para quem a Zona Franca de Tabatinga provocará os mesmos danos sociais que o modelo semelhantes provocou em relação a Manaus, com o êxodo rural desintegrando economicamente o interior do estado.